

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2001

(Do Sr. Ney Lopes)

Altera o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º.

“Art. 6º

.....

§ 2º Em se verificando que as informações de que trata o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, são suficientes para a instauração de procedimento visando a apuração de responsabilidades fiscais, o acesso a outras informações bancárias mantidas sob o sigilo dar-se-á por prévia e expressa autorização do contribuinte ou por decisão judicial. (AC)

§ 3º A autorização judicial de que trata o parágrafo anterior será precedida por uma notificação expedida pela autoridade fiscal ao contribuinte, na qual justificará as razões da solicitação do levantamento do sigilo e concederá o prazo de quinze dias para manifestação do contribuinte, contado a partir da data de recebimento da notificação. (AC)”

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa resguardar o sigilo bancário do contribuinte e de assegurar à Secretaria da Receita Federal a utilização de mecanismos legais para combate à sonegação fiscal.

Para tanto, prevê o projeto que, verificada a existência de indícios de sonegação fiscal ou de qualquer outro ilícito, a partir da movimentação financeira para fins de lançamento da CPMF, a Secretaria da Receita Federal passa a ter acesso direto aos demais dados bancários do contribuinte, cobertos pelo sigilo de dados de que trata o art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal, desde que o contribuinte seja previamente notificado e autorize tal acesso.

Na hipótese de recusa ou silêncio do contribuinte pelo decurso do prazo de quinze dias, o Fisco solicita a quebra do sigilo bancário à autoridade judiciária competente.

A proposta é inspirada no sistema adotado pelos Estados Unidos, um dos mais rigorosos no tocante à defesa dos direitos e garantias individuais, no qual a Fazenda só tem acesso direto aos dados do contribuinte com a anuência deste. De tal sorte que, diante da recusa expressa ou tácita do contribuinte, o *Internal Revenue Service* propõe uma ação civil na Corte Federal do distrito, até o vigésimo dia, contado a partir da ciência da recusa, para que lhe seja permitido o acesso aos dados bancários, assegurado ao contribuinte direito de defesa para manutenção de sua recusa pelo Poder Judiciário.

Entre nós, já é pacífico o entendimento de que não há contraditório, no caso de solicitação de quebra de sigilo fiscal ou bancário. Todavia, não é este o escopo de presente projeto. O que se procura proteger é o direito do contribuinte, do cidadão comum, de se explicar perante o Fisco, ante a qualquer suspeita de irregularidade. Em verdade, além de proteger o sigilo de dados garantido constitucionalmente, trata-se de preservar outros direitos individuais igualmente fundamentais, quais sejam, o de defesa e o de assegurar o conhecimento de procedimentos ou informações relativas à própria pessoa.

Inconcebível que o aparelho estatal possa mover-se às costas do cidadão, a quem serve, a quem cumpre promover segurança e bem estar. É inadmissível que, diante de qualquer indício de sonegação com base na arrecadação do CPMF a Secretaria da Receita Federal, de moto próprio, acumulando as funções de credora, órgão investigador, promotor e juiz, possa sair rastreando todas as contas bancárias do contribuinte suspeito, sem autorização judicial, sem autorização do contribuinte, sem nem menos dar conhecimento ao contribuinte de que é objeto de investigação fiscal.

Parece-nos, assim, que o projeto apresenta a melhor solução, de vez que concilia os interesses da Receita Federal, em ter acesso direto aos dados bancários, e resguarda os direitos do contribuinte, mantendo-se incólumes os princípios da presunção de inocência até prova em contrário, do exercício de defesa e do conhecimento de informações relativas à própria pessoa.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2001.

Deputado **NEY LOPES**